JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.07.07 05:43:14 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 7 de julho de 2023 • Nº 1596 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CONGRESSO

Câmara adia votação do Cart e do Arcabouço

As votações do PL (projeto de lei) que trata do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e do novo arcabouço fiscal emperraram na Câmara dos Deputados em meio a negociações políticas do Legislativo com o Executivo e à prioridade dada pelos parlamentares à apreciação da reforma tributária em plenário. Líderes de legendas do chamado centrão dão como certo que a análise dessas duas matérias fique para agosto, depois do recesso parlamentar. Mas, segundo interlocutores do governo, ainda não houve uma sinalização concreta à equipe econômica de que a votação das matérias ficará para o mês que vem. Na Fazenda, há o entendimento de que o arcabouço fiscal já está bem encaminhado, enquanto o possível adiamento do Carf preocupa. O Planejamento, por sua vez, discute uma saída para a elaboração do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) caso a votação do novo marco fiscal não seja concluída nesta semana. PÁGINA 2

ENERGIA

Aneel cobra da Light novo plano de recuperação

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) afirmou na quarta-feira que o plano de resultados apresentado pela distribuidora de energia Light não trouxe condições suficientes para assegurar a sustentabilidade da sua concessão. Com isso, a agência intimou a empresa a informar em até 15 dias se apresentará um novo plano de recuperação do seu quadro econômico-financeiro ou um plano de transferência de controle societário, conforme autorizado na legislação. Com operações no Rio de Janeiro, a Light enfrenta processo de recuperação judicial. Em nota enviada à Folha, a empresa disse que encaminhará os esclarecimentos à Aneel dentro do prazo de 15 dias. "O Plano de Recuperação ou o de Transferência deve assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da concessão, com cronograma das ações a serem tomadas, que serão analisadas pela Aneel", disse o órgão regulador. PÁGINA 4

IMPOSTOS

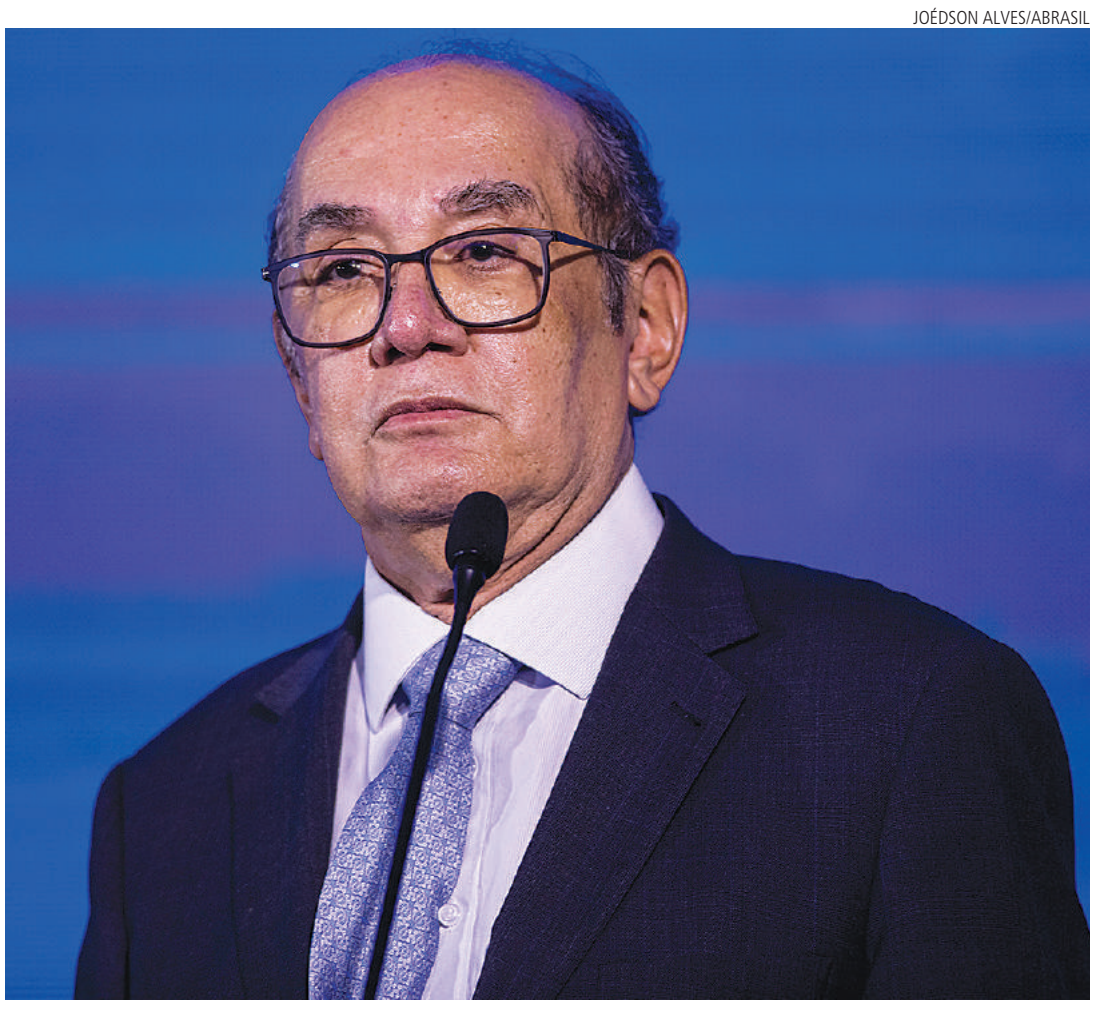
Com mais de 380 votos a favor, Câmara aprova reforma tributária

LULA MARQUES/ABRASIL

Após mais de dez horas de sessão, a Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, o texto-base da reforma tributária por 382 votos a 118, com três abstenções. A proposta de emenda à Constituição (PEC) reformula a tributação sobre o consumo. O plenário também votou uma emenda aglutinativa com todas as modificações acordadas nas negociações dos últimos dias. O presidente da Câmara, Arthur Lira (**foto**), trabalhou pela aprovação do texto em segundo turno. A sessão começou às 11h, com debates em torno do texto. Por volta das 18h, começou a votação. Um requerimento do PL para adiar a votação foi derrotado por 357 votos a 133. Para ampliar a base de apoio, o relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fez mudanças de última hora. O texto traz algumas mudanças em relação à proposta apresentada há duas semanas, como maiores reduções de alíquotas, isenção para alguns produtos da cesta básica e mudanças no Conselho Federativo, órgão que decidirá as políticas fiscal e tributária. PÁGINA 2

DESVIOS EM CONTRATOS

JOÉDSON ALVES/ABRASIL



Gilmar suspende inquérito que atinge Lira sobre fraude em kit robótica

O ministro Gilmar Mendes (**foto**), do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu ontem a investigação sobre supostos desvios em contratos de kit robótica que envolve aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Na liminar (decisão urgente e provisória), Gilmar também paralisou todos os procedimentos relacionados ao inquérito, como medidas de quebra de sigilos, até que o STF julgue se o caso deveria ser de competência do tribunal. A decisão tem efeito imediato. A defesa de Lira havia se manifestado contra decisões proferidas pela 2ª Vara Federal de Alagoas, responsável pela condução do caso. Os advogados sustentaram no STF que a tramitação do inquérito na primeira instância desrespeita a regra constitucional da prerrogativa de foro. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA:-1,78% / 117.425,70 / -2.123,51 / Volume: R$ 21.826.237.114 / Negócios: 3.662.430

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	48.73	+5.02	+2.33
EZTEC ON NM	18.86	+2.00	+0.37
CPFL ENERGIAON NM	35.58	+1.69	+0.59
MRV ON NM	12.93	+1.09	+0.14
USIMINAS PNA N1	7.37	–0.14	–0.01

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
GOL PN N2	11.90	–9.78	–1.29
MAGAZ LUIZA ON NM	3.15	–7.62	–0.26
AZUL PN N2	19.14	–6.50	1.33
VIA ON NM	2.07	–6.76	–0.15
LOCAWEB ON NM	8.42	–6.34	–0.57

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	29.65	–1.53	–0.46
VALE ON NM	64.85	–0.72	–0.47
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	28.60	–1.48	–0.43
BRADESCO PN EJ N1	16.17	–2.41	–0.40
B3 ON EDJ NM	14.18	–3.73	–0.55

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.922,26	-1,07
NASDAQ Composite	13.679,042	-0,82
Euro STOXX 50	4.219,49	-2,95
CAC 40	7.082,29	-3,13
FTSE 100	7.280,5	-2,17
DAX 30	15.528,54	-2,57

Salário mínimo	R$ 1.320,00	IGP-M	-1,93% (jun.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA 5	-0,09% (jun.)	Compra: 5,3935	Venda: 5,5735
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(21/06)	13,75%	0,20	até o dia 06/jul.	Compra: 4,8971	Venda: 4,8977
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(7/7)	0,66%	BM&F/grama	R$ 298,50	Compra: 4,9292	Venda: 4,9298
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(07/2023)	0,1581%	Compra: 5,3667	Venda: 5,3674	Compra: 4,9232	Venda: 5,1032

Economia

MERCADOS

Dólar tem forte alta e fecha a R$ 4,93; Bovespa recua 1,78%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em um dia de forte turbulência no mercado internacional e de negociações em torno da reforma tributária no Brasil, o dólar teve forte alta e fechou acima de R$ 4,90. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu quase 2% e atingiu o menor nível em uma semana.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 4,93, com alta de R$ 0,08 (+1,64%). A cotação operou em alta durante toda a sessão, chegando a R$ 4,94 na máxima do dia, por volta das 13h15.

Com a alta de ontem, a moeda norte-americana atingiu o maior valor desde 5 de junho, quando também fechou vendida a R$ 4,93. A cotação acumula alta de 2,92% apenas nos primeiros dias de junho. Em 2023, a divisa cai 6,63%.

No mercado de ações, o dia também foi tenso. O Índice Bovespa (Bovespa), fechou aos 117.426 pontos, com recuo de 1,78%. O indicador operou em queda durante todo o dia e fechou no menor nível desde 28 de junho.

Em todo o planeta, o mercado financeiro teve um dia tenso após a divulgação da notícia de que o setor privado norte-americano abriu 497 mil vagas de emprego no mês passado, bastante acima das expectativas. O desempenho do mercado de trabalho.

JUNHO

Operação padrão de servidores do BC adia relatório de poupança

Previsto para ser divulgado ontem pelo Banco Central (BC), o Relatório de Poupança de junho foi adiado por causa da operação padrão dos servidores do órgão. Segundo o BC, o documento só será apresentado hoje, às 9h.

Segundo o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), a categoria cruzou os braços por duas horas ontem, das 14h30 às 16h30. Hoje, os servidores vão parar no mesmo horário. Paralelamente, os funcionários fazem uma operação padrão, na qual os trabalhos são realizados de forma mais lenta. Os servidores do BC reivindicam a reestruturação da carreira e a criação de um bônus de produtividade semelhante ao dos auditores da Receita Federal. A categoria também pede isonomia entre os economistas e os procuradores (advogados). Segundo os servidores, procuradores recebem mais que os economistas no fim da carreira porque os advogados têm honorários incorporados à remuneração.

Divulgado todos os meses pelo Banco Central, o Relatório de Poupança apura a diferença entre depósitos e saques na aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros.

POLÍTICA INDUSTRIAL

Lula: Estado tem que ser o necessário para induzir desenvolvimento

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O governo federal prevê investir, em quatro anos, R$ 106,16 bilhões para impulsionar a nova política industrial do Brasil. O anúncio foi feito durante a 17ª reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), ontem, no Palácio do Planalto, em ato do qual participou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O principal financiador da política será o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com R$ 65,1 bilhões em recursos. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), as duas últimas vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), farão os demais aportes.

O presidente Lula destacou que o governo vai colocar recursos no BNDES e criar as condições para os investimentos em inovação. "Acabou aquela bobagem de que o Estado tem que ser forte ou tem que ser fraco. O Estado tem que ser o Estado necessário para poder dirigir e induzir o crescimento econômico do país", disse. "Vamos parar com essa questão de dizer quem é melhor e quem é pior, o Brasil precisa dos dois, precisa do Estado e precisa do setor privado.

E precisa formar profissionais mais qualificados se a quiser verdadeiramente voltar a ser um país industrializado", acrescentou. Lula reafirmou que a economia vai crescer quando o dinheiro circular na mão da população e que os investimentos em educação não podem ser considerados gastos.

"Pouco dinheiro na mão de muitos significa distribuição de renda, significa menos pobreza, mais poder de consumo, significa melhorar a vida da sociedade, que é o que nós precisamos fazer.

Com as medidas que já tomamos aqui, o dinheiro está circulando. Se o dinheiro chega lá embaixo, ele não vai ser aplicado na bolsa, não vai comprar dólar; ele vai voltar para o comércio.

IMPOSTOS

Câmara aprova PEC da reforma tributária

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após mais de dez horas de sessão, a Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, o texto-base da reforma tributária por 382 votos a 118, com três abstenções. A proposta de emenda à Constituição (PEC) reformula a tributação sobre o consumo.

O plenário também votou uma emenda aglutinativa com todas as modificações acordadas nas negociações dos últimos dias. O presidente da Câmara, Arthur Lira, trabalhou pela aprovação do texto em segundo turno.

A sessão começou às 11h, com debates em torno do texto. Por volta das 18h, começou a votação. Um requerimento do PL para adiar a votação foi derrotado por 357 votos a 133.

Para ampliar a base de apoio, o relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fez mudanças de última hora. O texto traz algumas mudanças em relação à proposta apresentada há duas semanas, como maiores reduções de alíquotas, isenção para alguns produtos da cesta básica e mudanças no Conselho Federativo, órgão que decidirá as políticas fiscal e tributária.

ALTERAÇÕES

Após quase duas horas de discussões e de ameaças de adiamento da votação da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro apresentou a última versão do parecer.

Em relação à cesta básica, o novo parecer zera a alíquota do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) para itens a serem incluídos em lei complementar, além de frutas, produtos hortícolas e ovos. Essa lei criará a "cesta básica nacional de alimentos". A mudança diminui resistências de alguns estados em abrir mão de arrecadação porque não estimularia uma nova guerra fiscal em torno de produtos alimentícios, já que a lista valerá para todo o território nacional.

O relator também aumentou, de 50% para 60%, o redutor de alíquotas do IVA que incidirão sobre alguns produtos e setores com tratamento diferenciado. Transporte público, saúde, educação, cultura e produtos agropecuários fora da cesta básica nacional pagarão 60% a menos de IVA, imposto que unirá a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), arrecadada pela União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de responsabilidade dos estados e dos municípios.

Além dos produtos da cesta básica nacional, a CBS não será cobrada sobre medicamentos para doenças graves e sobre serviços de educação superior (Prouni). Os demais produtos pagarão a alíquota cheia de IVA, que será definida após a reforma tributária.

REGIMES ESPECIAIS

O relator manteve regimes específicos de arrecadação para combustíveis, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde, serviços financeiros e apostas. No entanto, incluiu os seguintes setores: serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

Esses regimes preveem tratamento diferenciado nas regras de creditamento (aproveitamento de créditos tributários) e na base de cálculo; e tributação com base na receita ou no faturamento (em vez do valor adicionado na cadeia).

CONSELHO FEDERATIVO

Como adiantado de quarta-feira passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o Conselho Federativo, encarregado de gerir o IBS, terá o modelo de votação alterado. O conselho será formado por 27 representantes, um de cada unidade da Federação, mais 27 representantes dos municípios. Dos representantes municipais, 14 serão eleitos por maioria de votos igualitários entre os entes e 13 com base no tamanho da população.

As decisões do conselho só serão aprovadas caso obtenham, ao mesmo tempo, votos da maioria numérica dos estados e dos representantes que correspondam a mais de 60% da população do país. Os votos dos municípios serão apurados com base na maioria absoluta.

IMPOSTO SELETIVO

A versão final do relatório modificou o Imposto Seletivo, que será cobrado sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas e bebidas e alimentos com excesso de açúcar. Esse imposto não poderá ser cobrado sobre itens que paguem IVA reduzido.

A medida evita que o Imposto Seletivo incida sobre itens da agropecuária que seriam prejudiciais ao meio ambiente, como agrotóxicos e defensivos agrícolas. A mudança havia sido pedida pela Frente Parlamentar do Agronegócio como condição para aprovar a reforma tributária.

FUNDO REGIONAL

Criado para estimular o desenvolvimento de estados que não poderão mais recorrer à guerra fiscal (reduções de impostos locais) para atraírem investimentos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional foi mantido em R$ 40 bilhões. Diversos estados pediam aportes maiores, de R$ 75 bilhões. A nova versão do relatório, no entanto, não trouxe os critérios para a divisão dos recursos do fundo entre os estados. O tema será definido após a reforma tributária.

Para conseguir o apoio da bancada do Amazonas à reforma tributária, o relator ajustou os artigos relativos à Zona Franca de Manaus e às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) para tornar mais claro o tratamento diferenciado e a vantagem das empresas instaladas nessas áreas.

CASHBACK E HERANÇAS

O parecer final informou que o cashback (devolução parcial de impostos) terá como base a redução de desigualdade de renda, em vez da diminuição da desigualdade de raça e de gênero. A mudança atende a reinvindicações de parlamentares conservadores, que ameaçaram não votar a favor da reforma tributária caso a expressão não fosse retirada.

O cashback institui a possibilidade de devolução ampla de parte do IBS e da CBS a pessoas físicas. A ideia inicial do grupo de trabalho da Câmara que discutiu a reforma tributária era incluir na proposta de emenda à Constituição um mecanismo de devolução a famílias de baixa renda, semelhante ao existente em alguns estados. As condições de ressarcimento serão definidas por meio de lei complementar.

Em relação às heranças, o novo relatório isentou do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) as transmissões para entidades sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos. Uma lei complementar definirá as condições para essas isenções. A progressividade (alíquotas mais altas para heranças maiores) foi mantida.

CÂMARA

Arcabouço e Carf emperram em meio a prioridade dada à reforma tributária

As votações do PL (projeto de lei) que trata do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e do novo arcabouço fiscal emperraram na Câmara dos Deputados em meio a negociações políticas do Legislativo com o Executivo e à prioridade dada pelos parlamentares à apreciação da reforma tributária em plenário.

Líderes de legendas do chamado centrão dão como certo que a análise dessas duas matérias fique para agosto, depois do recesso parlamentar.

Mas, segundo interlocutores do governo, ainda não houve uma sinalização concreta à equipe econômica de que a votação das matérias ficará para o mês que vem.

Na Fazenda, há o entendimento de que o arcabouço fiscal já está bem encaminhado, enquanto o possível adiamento do Carf preocupa. O Planejamento, por sua vez, discute uma saída para a elaboração do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) caso a votação do novo marco fiscal não seja concluída nesta semana.

Em meio ao impasse nas negociações, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) se reuniu ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários na residência oficial da presidência da Câmara.

Após deixar a reunião, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que tanto a tributária quanto os outros dois projetos serão votados até esta sexta-feira.

Como a Folha de S.Paulo mostrou, o governo tem centrado esforços na tentativa de destravar a tramitação dos dois projetos, priorizando-os em relação à tributária. Para a equipe econômica e auxiliares palacianos, as duas propostas têm preferência na ordem de prioridades do governo, embora a reforma também seja considerada uma pauta estratégica.

O possível adiamento representaria uma derrota para o governo, uma vez que as matérias são tidas como prioritárias na pauta econômica. A retomada do voto de desempate da Fazenda nos julgamentos de conflitos tributários no Carf é considerada uma medida estruturante e com peso relevante para a arrecadação.

Deputados da base de Lula (PT) afirmam, desde terça, que os entraves no texto do Carf já foram solucionados e há quem aposte na apreciação do texto entre o primeiro e o segundo turnos da votação da reforma tributária.

O Palácio do Planalto ainda atua para que ambos os projetos sejam analisados nesta semana, mas articuladores políticos sabem das dificuldades.

Lira tem indicado a aliados que ele está cuidando das negociações em torno da reforma tributária —e que caberia aos líderes partidários acompanhar as outras matérias. Ele, no entanto, não descarta a votação dos projetos ainda nesta semana.

A interlocutores, o relator do projeto do Carf, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), tem afirmado que o texto está pronto, mas que faltaria agora dar prosseguimento às negociações políticas entre governo federal e Legislativo, o que contempla cargos e emendas.

Essas negociações foram discutidas em reunião na quarta-feira no Palácio do Planalto entre os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) com líderes e José Guimarães, líder do governo na Câmara.

A votação do Carf é necessária para possibilitar a votação do arcabouço fiscal, tema menos polêmico e que colocaria fim ao teto de gastos. O projeto tramita em regime de urgência e está trancando a pauta desde o último dia 21.

Mesmo parlamentares de oposição admitem que o texto deve ser aprovado e pelo menos com grande parte das mudanças propostas pelo Senado Federal, que ampliou as exceções à nova regra fiscal e beneficiou o governo.

Apesar disso, o relator Claudio Cajado segue defendendo que a Câmara retome seu relatório original e acabe com as mudanças propostas pelos senadores.

O ponto de menos consenso é a exclusão das despesas com ciência e tecnologia, incluídas pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), que pode acabar sendo rejeitada pelos deputados.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

MULTIDISPLAY COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A. E CONTROLADA

CNPJ/MF Nº 04.193.879/0001-96

BALANÇO PATRIMONIAL Valores expressos em milhares de Reais (R$)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.150	5.750	25.022	11.687
Contas a receber de clientes	5	38.423	58.376	73.291	77.576
Estoques	6	42.184	57.401	42.184	57.401
Tributos a recuperar	7	1.275	718	3.680	3.532
Adiantamentos a terceiros		572	534	3.665	3.844
Outros valores a receber	8	65	-	10.794	72.988
Total do ativo circulante		102.669	122.779	158.636	227.028
Realizável a longo prazo					
Outros valores a receber	8	315	230	500	421
Tributos diferidos	9	10.793	13.691	16.433	19.083
Empréstimos a partes relacionadas	23.1	191	84	-	-
		11.299	14.005	16.933	19.504
Investimentos	10	53.530	46.303	-	-
Direitos de uso	16	629	361	2.001	9.017
Imobilizado	11	1.088	1.511	1.804	7.966
Intangível	12	75	1.953	62.508	61.258
Total do ativo não circulante		66.621	64.133	83.246	97.745
Total do ativo		169.290	186.912	241.882	324.773

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo					
Circulante					
Obrigações com pessoal	13	4.375	3.180	22.476	16.675
Tributos a recolher	14	181	425	2.305	3.101
Contas a pagar	15	63.508	93.660	68.394	95.030
Dividendos a pagar		-	888	-	888
Arrendamentos	16	381	282	713	2.837
Outras obrigações	8	1.190	2.040	46.192	110.361
Total do passivo circulante		69.635	100.475	140.080	228.892
Não circulante					
Arrendamentos	16	355	191	1.502	8.809
Outras obrigações	8	337	336	1.337	1.162
Total do passivo não circulante		692	527	2.839	9.971
Patrimônio líquido					
Capital social	17.1	36.394	36.394	36.394	36.394
Reservas de capital	17.2	19.093	16.440	19.093	16.440
Reservas de lucros	17.3	43.476	33.076	43.476	33.076
Total do patrimônio líquido		98.963	85.910	98.963	85.910
Total do passivo e do patrimônio líquido		169.290	186.912	241.882	324.773

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Valores expressos em milhares de Reais (R$), exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida	19	979.736	1.091.908	1.086.919	1.196.864
Custos dos serviços prestados e mercadorias revendidas	20	(938.749)	(1.033.640)	(986.321)	(1.086.179)
Lucro bruto		40.987	58.268	100.598	110.685
Despesas gerais e administrativas	21	(32.919)	(44.777)	(78.758)	(99.956)
Resultado de equivalência patrimonial	10	5.015	(5.102)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12 e 16	-	-	(3.654)	-
Lucro operacional		13.083	8.389	18.186	10.729
Receitas financeiras	22	635	274	1.197	586
Despesas financeiras	22	(420)	(301)	(4.744)	(4.498)
		215	(27)	(3.547)	(3.912)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.298	8.362	14.639	6.817
Imposto de renda e contribuição social	24	(2.898)	(4.625)	(4.239)	(3.080)
Lucro líquido do exercício		10.400	3.737	10.400	3.737
Quantidade média de quotas (milhares)		36.394	36.394	36.394	36.394
Lucro básico e diluído por quota		0,286	0,103	0,286	0,103

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Valores expressos em milhares de Reais (R$)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		11.394	16.440	2.279	9.114	18.834	-	58.061
Aumento de capital social mediante recebimento de caixa e equivalentes de caixa		25.000	-	-	-	-	-	25.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.737	3.737
Destinação do resultado líquido do exercício para:								
Constituição de reserva legal	17.3.a	-	-	187	-	-	(187)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	(888)	(888)
Constituição de reserva estatutária	17.3.b	-	-	-	2.662	-	(2.662)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		36.394	16.440	2.466	11.776	18.834	-	85.910

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		36.394	16.440	2.466	11.776	18.834	-	85.910
Constituição de reserva de capital com base em plano de incentivo de longo prazo	17.2	-	2.653	-	-	-	-	2.653
Lucro líquido do exercício	17.3b	-	-	-	-	-	10.400	10.400
Saldos em 31 de dezembro de 2022		36.394	19.093	2.466	11.776	18.834	10.400	98.963

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Valores expressos em milhares de Reais (R$)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício		10.400	3.737	10.400	3.737
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		10.400	3.737	10.400	3.737

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Valores expressos em milhares de Reais (R$)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		13.298	8.362	14.639	6.817
Ajuste do lucro antes dos tributos sobre o lucro pelos efeitos de:					
Depreciação de direitos de uso	16	252	-	1.761	-
Baixa líquida de direitos de uso	16	-	-	8.170	-
Depreciação e amortização	11 e 12	2.421	2.864	22.070	21.510
Baixa líquida de imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	4.389	30
Juros sobre arrendamentos	16	51	-	1.159	-
Baixa líquida de arrendamentos	16	-	-	(10.404)	-
Demais juros		270	27	2.647	3.912
Plano de incentivo de longo prazo	17.2	441	-	2.653	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(5.015)	5.102	-	-
Aumento/Redução de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		19.953	(19.566)	4.285	(72.411)
Estoques		15.217	(4.259)	15.217	(4.259)
Tributos a recuperar		(557)	(86)	(148)	227
Adiantamentos a terceiros		(38)	85	179	298
Outros valores a receber		(150)	-	62.115	-
Obrigações com pessoal		1.195	1.333	5.801	1.122
Tributos a recolher		136	(447)	31	824
Contas a pagar		(30.152)	23.509	(26.636)	20.295
Outras obrigações		(849)	(483)	(63.994)	2.506
Caixa gerado (consumido) nas operações		16.473	16.441	43.934	(19.129)
Juros líquidos pagos		(321)	(27)	(3.806)	(3.912)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(380)	(6.061)	(2.416)	(7.126)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		15.772	10.353	37.712	(30.167)
Atividades de investimento					
Empréstimos a partes relacionadas		(219)	(84)	-	-
Recebimentos de empréstimos a partes relacionadas		112	-	-	-
Aumento de capital social em controladas	10	-	(35.000)	-	-
Recebimento de dividendos		-	1.468	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(120)	(62)	(21.547)	(20.720)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(227)	(33.678)	(21.547)	(20.720)
Atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamentos	16	(257)	(254)	(1.942)	(1.754)
Pagamento de dividendos		(888)	(6.278)	(888)	(6.278)
Pagamento de empréstimos a partes relacionadas		-	(6)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa recebidos para aumento líquido de capital social		-	25.000	-	25.000
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(1.145)	18.462	(2.830)	16.968
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		14.400	(4.863)	13.335	(33.919)
Caixa e equivalentes de caixa:					
Saldo inicial		5.750	10.613	11.687	45.606
Saldo final		20.150	5.750	25.022	11.687
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		14.400	(4.863)	13.335	(33.919)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Valores expressos em milhares de Reais (R$), exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto Operacional: A Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda. ("Empresa"), anteriormente denominada "Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.", foi constituída em 12 de dezembro de 2000 e tem sede na Avenida Barão de Tefé, 27, sala 1.301 – Saúde – Rio de Janeiro/RJ. A Empresa possui filiais localizadas em Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Ponta Grossa/PR, Joinville/SC, Brasília/DF e Palmas/TO. A Empresa é uma sociedade empresária limitada unipessoal e tem como principais atividades, em conjunto com sua controlada: (i) a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa, telefonia celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; (ii) o comércio varejista e atacadista de cartões e recargas para telefones e dispositivos móveis, pré-pagos e afins; (iii) a prestação de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de *softwares*; (iv) o comércio atacadista de aparelhos celulares, "*Sim Cards*" e aparelhos de transmissão de dados; (v) o comércio de produtos e a prestação de serviços tecnológicos; (vi) a representação comercial; (vii) a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; (viii) a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e (ix) a atividade de correspondente bancário. Até 20 de julho de 2022, a Empresa era uma sociedade anônima de capital fechado. Diferentemente de uma sociedade anônima, que tem seu capital social formado por ações e como ato constitutivo o Estatuto Social, a Empresa, agora como uma sociedade empresária limitada unipessoal, passa a ter seu capital social formado por quotas e como ato constitutivo o Contrato Social. Em decorrência desse processo de conversão, as ações ordinárias da Empresa foram convertidas para quotas na proporção de uma quota por ação. A controladora da Empresa é a Bemobi Mobile Tech S.A., com sede no Rio de Janeiro/RJ, e é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código BMOB3. **1.1. Empresas consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas:**

	Participação em 31/12/2022	Participação em 31/12/2021
M4 Produtos e Serviços Ltda. (Brasil)	100,00%	100,00%

Os principais saldos da M4 Produtos e Serviços Ltda. ("M4P") são apresentados na Nota 10.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), com aplicação obrigatória para os exercícios apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Empresa. A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Bases de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de ativos e passivos financeiros ajustados para refletir a mensuração a valor justo. **2.3. Consolidação de demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas consideram os saldos da controlada direta pela Empresa, na mesma data-base e de acordo com as mesmas políticas contábeis. Quando necessário, as demonstrações contábeis da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Empresa. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as empresas consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminados integralmente para fins de consolidação. **2.4. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas abaixo ou nos respectivos itens destas notas explicativas. As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas são consistentes em todos os exercícios apresentados. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. b) Demonstração dos fluxos de caixa: Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto, conforme o item 18.b do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). c) Revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa foram autorizadas para divulgação pela administração da Empresa em 29 de junho de 2023. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e no conhecimento da administração, em informações disponíveis na data das demonstrações contábeis e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados futuros reais. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, com risco significativo de provocar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos ao longo dos próximos exercícios, estão relacionadas a seguir. **3.1. Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos):** O imposto de renda e a contribuição social (correntes e diferidos) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Esse processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, eventuais créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que são reconhecidos na proporção da probabilidade de que um lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável. Os tributos sobre o lucro e outros tributos são apurados e registrados com base na interpretação da legislação por parte da administração. **3.2. Consideração sobre principal e agente na análise de contratos com clientes:** A administração da Empresa, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 47, suportada pelo entendimento dos seus assessores, realiza uma avaliação contínua das atividades e dos contratos com seus clientes de forma a determinar se atua como principal ou agente nos respectivos contratos. A administração entende que a Empresa atua como principal nas atividades de revenda de bens e prestação de serviços, quando ocorrem os seguintes fatos: i) É a responsável primária pelo cumprimento do compromisso de fornecer os bens e serviços; ii) Incorre em riscos na gestão e manutenção de estoque antes que os bens sejam transferidos aos clientes; iii) Incorre em riscos de crédito e na gestão de fluxos de caixa ao adquirir os bens antes mesmo de realizar a venda aos seus clientes; e iv) Tem poder para determinação do preço dos bens que comercializa. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Caixa e contas bancárias	4.038	3.913	8.910	7.284
Aplicações financeiras (*)	16.112	1.837	16.112	4.403
Total	20.150	5.750	25.022	11.687

(*) As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, de curto prazo e alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, possuem rendimento de aproximadamente 100% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário e estão investidas em instituições financeiras de primeira linha. **5. Contas a Receber de Clientes:** O contas a receber de clientes corresponde aos valores a receber por prestação de serviços e revenda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, o contas a receber é classificado no ativo circulante. Caso contrário, é apresentado no ativo não circulante. O contas a receber de clientes é, inicialmente, reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perdas de créditos esperada (*impairment*).

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas faturadas	39.955	61.732	49.821	81.777
Receitas a faturar	508	-	26.362	-
Provisão para perdas (i)	(2.040)	(3.356)	(2.892)	(4.201)
Total	38.423	58.376	73.291	77.576

(i) A provisão para perdas é reconhecida com base em perdas estimadas, que levam em consideração as informações históricas e a probabilidade de ocorrência de eventos futuros. Nos exercícios apresentados, as provisões para perdas se referem, substancialmente, a contestações de clientes das operadoras de telefonia móvel, que são suportadas contratualmente pela Empresa. As contestações de clientes são inerentes ao modelo de negócio da Empresa, onde as revendas de créditos para recarga de telefones celulares pré-pagos ocorrem substancialmente via cartão de crédito para o varejo. A idade do contas a receber faturado apresenta-se como segue:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Total	39.955	61.732	49.821	81.777
A vencer	39.665	61.451	44.901	60.534
Contas a receber vencidas				
de 1 a 30 dias	-	-	548	19.679
de 31 a 60 dias	-	-	-	502
de 61 a 90 dias	-	-	74	270
de 91 a 120 dias	-	-	2.300	504
há mais de 120 dias	290	281	1.998	288

6. Estoques: O valor se refere, substancialmente, a créditos para recarga de telefones celulares pré-pagos mantidos pela Empresa, com giro médio de 17 dias. A Empresa possui, como atividade principal, a compra para revenda desses créditos. Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado, e são apropriados ao resultado do exercício como custo de mercadorias revendidas por ocasião de consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. A administração concluiu que, para os exercícios apresentados, não há necessidade de reconhecer provisão para perdas relacionadas a estoques.

7. Tributos a Recuperar

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo negativo de CSLL e IRPJ (i)	412	-	1.788	2.367
Outros tributos a recuperar	863	718	1.892	1.165
Total	1.275	718	3.680	3.532

(i) Representa antecipações de CSLL e IRPJ efetuadas durante o exercício que resultaram em valor superior ao devido no encerramento do exercício, e que podem ser compensadas com outros tributos federais. A Empresa possui expectativa de compensar esses valores no curto prazo com o lucro tributável gerado pela própria operação. **8. Outros Valores a Receber e Outras Obrigações:** A M4P possui, como uma de suas atividades de prestação de serviços, a viabilização da venda de créditos para recarga de telefones celulares pré-pagos, por parte das operadoras de telefonia móvel, por meio de suas plataformas desenvolvidas internamente. Essas vendas são realizadas por meio de cartão de crédito ou boleto bancário. Portanto, são intermediadas por empresas que operam esses meios de pagamento. Em determinados contratos, a M4P realiza o fluxo financeiro da operação. Desta forma, recebe, das operadoras de meios de pagamento, o valor total das vendas realizadas pelas operadoras de telefonia móvel, desconta um percentual sobre o valor das operações (receita da M4P), e repassa o valor restante às operadoras de telefonia móvel. Pelo fato de a M4P atuar como agente nessas transações, somente o percentual referente à taxa de prestação de serviço é reconhecido no resultado, na linha de "Receita Líquida". O montante apresentado como outros valores a receber e outras obrigações é, substancialmente, referente a essas operações, conforme os quadros abaixo. Outros valores a receber:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Valores a receber das operadoras de meios de pagamento	65	-	11.294	72.988
Outros valores a receber	315	230	-	421
Total	380	230	11.294	73.409

Outras obrigações:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Valores a repassar às operadoras de telefonia móvel	813	-	44.987	105.961
Outras obrigações	714	2.376	2.542	5.562
Total	1.527	2.376	47.529	111.523

Os valores a receber das operadoras de meios de pagamento e os valores a repassar às operadoras de telefonia móvel não são apresentados em base líquida porque a M4P não tem o direito de compensar os valores reconhecidos. A redução nos saldos entre os exercícios apresentados decorre da migração da base de clientes da Oi Móvel para outras operadoras de telefonia móvel, com as quais a Empresa firmou outras modalidades de prestação de serviços que não envolvem a assunção do fluxo financeiro das operações. **9. Tributos Diferidos:** Os tributos diferidos compreendem a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e o imposto de renda (IRPJ) recuperáveis em exercícios futuros, relacionados, substancialmente, a diferenças temporárias dedutíveis. As alíquotas, para cálculo dos tributos diferidos, são de 9% para a CSLL e de aproximadamente 25% para o IRPJ. Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que um lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação com as diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Tributos diferidos passivos são reconhecidos integralmente. Os saldos de tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Os prejuízos fiscais acumulados das operações não possuem prazo de prescrição, mas sua compensação é limitada em exercícios futuros a até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. O saldo de tributos diferidos no exercício é composto, substancialmente, por diferenças temporárias dedutíveis. Cabe ressaltar que a Empresa apresenta histórico de lucros tributáveis, bem como possui expectativa de que, nos exercícios futuros, estarão disponíveis lucros tributáveis para serem compensados com esses créditos ativos. O prazo esperado para realização dos tributos diferidos é de cerca de um ano. **Posições fiscais incertas:** A Empresa aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Incentivos fiscais – "Lei do Bem": A M4P se utiliza de incentivos fiscais relacionados ao desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei nº 11.196/2005 – Lei do Bem). Em 31 de dezembro de 2022, as incertezas associadas à Lei do Bem totalizam o valor de R$ 748 e não estão provisionadas. Com base na posição de seus assessores jurídicos internos e externos, a Empresa entende que essas posições incertas serão provavelmente aceitas pela autoridade fiscal. A administração não identificou outros tratamentos tributários incertos que possam resultar em um passivo relevante para a Empresa. Contudo, a Empresa permanece sujeita à fiscalização para seus tributos sobre o lucro em geral para os exercícios de 2017 a 2022. **10. Investimentos:** A movimentação dos saldos de investimentos no exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.405
Aumento de capital social em controlada	
Aumento de capital social na M4P	35.000
Resultado de equivalência patrimonial	
Prejuízo da M4P	(5.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.303
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.303
Incentivo de longo prazo concedido a empregados	
Incentivo de longo prazo, baseado em ações da controladora da Empresa, concedido a empregados da controlada (vide Nota 17.2)	2.212
Resultado de equivalência patrimonial	
Lucro líquido da M4P	5.015
Saldo em 31 de dezembro de 2022	53.530

O resumo dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2022 pela M4P nas demonstrações contábeis consolidadas está relacionado abaixo:

	Ativo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
M4 Produtos e Serviços Ltda.	127.103	53.530	107.183	5.015

11. Imobilizado: Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos são depreciados pelo método linear, conforme o item 62 do Pronunciamento Técnico CPC 27, considerando a vida útil estimada pela administração, e seus valores residuais são considerados iguais a zero. A administração concluiu que, para os exercícios apresentados, não há indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorização. A vida útil dos ativos estimada pela administração é a seguinte:

	Vida útil
Equipamentos de informática	3 a 5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Equipamentos eletrônicos	3 a 5 anos
Equipamentos telefônicos	3 a 5 anos
Veículos	5 anos

* Vida útil de acordo com a estimativa da administração e os prazos contratuais, de até 5 anos.

Os saldos líquidos do imobilizado são:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Equipamentos de informática	47	73	705	1.256
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	134	338	133	4.697
Móveis e utensílios (i)	232	268	232	1.066
Equipamentos eletrônicos	509	716	539	784
Equipamentos telefônicos	155	93	184	140
Veículos	11	23	11	23
Total	1.088	1.511	1.804	7.966

(i) A variação é referente à devolução dos imóveis anteriormente utilizados pela matriz da Empresa no Rio de Janeiro/RJ e pela M4P, devido à rescisão dos contratos de locação, vide Nota 16.

12. Intangível: Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquido da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos são amortizados pelo método linear, considerando a vida útil estimada pela administração, e seus valores residuais são considerados iguais a zero. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo, menos os seus custos de alienação, e o seu valor em uso. A vida útil dos ativos estimada pela administração é a seguinte:

	Vida útil
Plataformas desenvolvidas (*)	5 anos
Softwares adquiridos de terceiros	5 anos

* Plataformas desenvolvidas internamente pela Empresa. A vida útil desses ativos é reavaliada anualmente pela administração da Empresa.

Os saldos líquidos do intangível são:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Plataformas desenvolvidas (i)	-	-	62.166	58.631
Softwares adquiridos de terceiros	75	1.953	342	2.627
Total	75	1.953	62.508	61.258

(i) Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de desenvolvimento de novas aplicações e aprimoramentos que são diretamente atribuíveis às plataformas e *softwares* são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do *software* estão relacionados, substancialmente, a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento. Intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos até o momento em que entrarem em operação, quando são transferidos para as contas correspondentes desses bens em operação. Neste momento, esses ativos passam a ser amortizados com base na vida útil respectiva. Os ativos intangíveis desenvolvidos foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2022, não sendo necessário nenhum ajuste. As movimentações do intangível são:

Controladora	31/12/2021 Saldo	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2022 Saldo
Custo					
Plataformas desenvolvidas	1.377	-	-	-	1.377
Softwares adquiridos de terceiros	6.571	-	-	-	6.571
Subtotal	7.948	-	-	-	7.948
Amortização acumulada					
Plataformas desenvolvidas	(1.377)	-	-	-	(1.377)
Softwares adquiridos de terceiros	(4.618)	(1.878)	-	-	(6.496)
Subtotal	(5.995)	(1.878)	-	-	(7.873)
Total líquido	1.953	(1.878)	-	-	75

Consolidado	31/12/2021 Saldo	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2022 Saldo
Custo					
Plataformas desenvolvidas	127.244	21.419	(49)	-	148.614
Softwares adquiridos de terceiros	10.590	-	-	-	10.590
Subtotal	137.834	21.419	(49)	-	159.204
Amortização acumulada					
Plataformas desenvolvidas	(68.613)	(17.835)	-	-	(86.448)
Softwares adquiridos de terceiros	(7.963)	(2.285)	-	-	(10.248)
Subtotal	(76.576)	(20.120)	-	-	(96.696)
Total líquido	61.258	1.299	(49)	-	62.508

13. Obrigações com Pessoal: Os saldos correspondem às obrigações usuais da Empresa referentes a remunerações de empregados e respectivos encargos sociais. Não há valores vencidos a pagar nos exercícios apresentados.

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Provisão de férias	938	966	4.243	4.079
Provisão para participação nos resultados	1.827	900	10.443	5.323
Plano de incentivo de longo prazo (i)	-	-	124	-
Salários a pagar	671	588	3.034	3.888
Instituto Nacional da Seguridade Social a recolher	524	554	1.073	1.075
Fundo de Garantia por Tempo de Serviços a recolher	166	172	737	749
Imposto de Renda Retido na Fonte a recolher	248	-	1.534	-
Outros	1	-	1.288	1.561
Total	4.375	3.180	22.476	16.675

(i) Plano de incentivo de longo prazo destinado a executivos da Empresa, vide Nota 17.2.

14. Tributos a Recolher: Os saldos correspondem às obrigações usuais da Empresa referentes a tributos a recolher, exceto os encargos sociais classificados na Nota 13. Não há valores vencidos a recolher nos exercícios apresentados.

| | Controladora

MULTIDISPLAY COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A. E CONTROLADA

CNPJ/MF Nº 04.193.879/0001-96

A movimentação dos saldos de ativo de direitos de uso é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	361	9.017
Baixa no exercício (i)	-	(8.170)
Adições no exercício	520	2.915
Amortização no exercício	(252)	(1.761)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	629	2.001

(i) Referente à devolução dos imóveis anteriormente utilizados pela matriz da Empresa no Rio de Janeiro/RJ e pela M4P, devido à rescisão dos contratos de locação.

17. Patrimônio Líquido: 17.1. Capital Social: O capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 36.393.906 quotas com valor nominal de R$ 1,00. A composição do capital social é da seguinte forma:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quotas	Participação	Ações	Participação
Bemobi Mobile Tech S.A.	36.393.906	100,00%	36.393.906	100,00%
Total	36.393.906	100,00%	36.393.906	100,00%

17.2. Reserva de capital: Representa o saldo constituído enquanto a Empresa era uma sociedade anônima de capital fechado, acrescido do plano de incentivo de longo prazo destinado a administradores da Empresa, com base em ações da controladora da Empresa. O CPC 10 (R1) define que a contabilização dos pagamentos baseados em ações depende da forma de liquidação dos planos, que podem ser "liquidados em caixa" ou "liquidados com instrumentos patrimoniais". Quando um plano é liquidado em caixa, a obrigação de pagamento ao empregado é reconhecida como um passivo, que é atualizado a valor justo em contrapartida ao resultado a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e na data de liquidação da obrigação. Quando o plano é liquidado em ações, o valor justo do plano é calculado somente na data de concessão do benefício e o valor é reconhecido no resultado do exercício de forma linear durante o período de serviço exigido, em contrapartida ao patrimônio líquido. Em ambos os casos a despesa da Empresaa é reconhecida no resultado na conta de "Despesas gerais e administrativas". Plano de incentivo de longo prazo de ações restritas da controladora da Empresa com liquidação em ações: Esse plano de incentivo de longo prazo a diretores estatutários, que foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 11 de março de 2022 e pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2022, ambos da controladora da Empresa, tem como principal objetivo incentivar a permanência e estimular o desempenho dos mesmos. As obrigações decorrentes desse plano são liquidadas em ações. Nesse plano, os diretores elegíveis adquirem direito a receber uma certa quantidade de ações da controladora da Empresa em troca pelos serviços prestados à Empresa. A concessão do direito às ações ocorrerá anualmente, durante o período de quatro anos, tendo como contrapartida requerida aos serviços prestados a sua permanência na Empresa. O valor justo do título patrimonial outorgado será determinado a cada ano, com base no preço de mercado da ação da controladora da Empresa na data da outorga do direito. No âmbito desse plano, foram outorgadas 392.500 ações a valor justo da ação na data da concessão do benefício, que foi de R$ 13,62, havendo a previsão de três novas outorgas anuais respeitando o limite de até 1.177.500 novas ações. Durante o ciclo de quatro anos, a quantidade total de ações a serem concedidas aos diretores é de 392.500. A despesa decorrente das obrigações assumidas pela Empresa é reconhecida mensalmente, em base linear, em contrapartida ao patrimônio líquido, à medida em que o serviço é prestado pelo empregado durante o *vesting period*. Durante o exercício de 2022, a Empresa registrou o montante de R$ 2.653 no consolidado (R$ 441 na controladora) referente ao plano de incentivo de longo prazo com liquidação em ações, o qual foi registrado em conta de patrimônio líquido. Plano de incentivo de longo prazo referenciado em ações restritas da controladora da Empresa com liquidação em caixa: Esse plano de incentivo de longo prazo a executivos elegíveis, que foi aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Empresa em março de 2022, tem como principal objetivo incentivar a permanência dos empregados e estimular o desempenho dos mesmos. As obrigações decorrentes desse plano são liquidadas em caixa. Nesse plano, um montante equivalente a uma parcela do bônus de curto prazo dos executivos elegíveis é convertido em uma determinada quantidade de ações virtuais da controladora da Empresa, para que possam futuramente, completado o *vesting period*, receber um montante em caixa equivalente ao preço da ação na data de liquidação. Esse plano possui *vesting period* de três anos, tendo como contrapartida requerida aos serviços prestados a sua permanência na Empresa. Portanto, na data da concessão do benefício, que ocorre a cada ano, o empregado saberá a quantidade de ações virtuais a que tem direito e que serão convertidas em caixa e liquidadas em seu favor. O valor justo do plano é mensurado a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e a apropriação da despesa, em contrapartida ao passivo, é realizada mensalmente, à medida em que o serviço é prestado pelo empregado durante o *vesting period*. O valor de outorga utilizou como parâmetro o preço da ação da controladora da Empresa na data da concessão do benefício, no valor de R$ 14,91. A quantidade de ações virtuais concedidas na data de outorga para esse primeiro ciclo de 2022 foi de 15.023 ações. Durante o exercício de 2022, a Empresa registrou despesas no montante de R$ 105 referente ao plano de incentivo de longo prazo com liquidação em caixa. **17.3. Reserva de Lucros: a) Reserva legal:** Conforme o art. 193 da Lei nº 6.404/1976, a reserva legal é constituída com base na destinação de 5% do lucro líquido de cada exercício, antes de qualquer outra destinação, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. No exercício de 2022, a Empresa não está mais obrigada à constituição dessa reserva, tendo em vista que, a partir de 21 de julho de 2022, passou a ser uma sociedade empresária de responsabilidade limitada. **b) Reserva estatutária:** O saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, podia ser utilizado para constituição de reserva estatutária (reserva de investimento), respeitando o limite de 80% do capital social, como estava previsto no estatuto social da Empresa. A reserva de investimento tem por fim assegurar a manutenção do nível de capitalização da Empresa, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro. **c) Reserva para investimentos:** Reserva constituída com base no art. 196 da Lei nº. 6.404/1976, referente à retenção de parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital. **18. Instrumentos Financeiros: Identificação:** Os ativos e passivos financeiros relevantes da Empresa são: Caixa e equivalentes de caixa (vide Nota 4), contas a receber de clientes (vide Nota 5), contas a pagar (vide Nota 15) e empréstimo a parte relacionada (vide Nota 23.1). **Classificação:** Conforme definição do Pronunciamento Técnico CPC 48, os instrumentos financeiros relevantes da Empresa são classificados entre ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado e passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, vide o quadro abaixo. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Empresa classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado se aproximam, substancialmente, do valor justo. O resumo dos saldos está relacionado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	20.150	5.750	25.022	11.687
Contas a receber de clientes	38.423	58.376	73.291	150.564
Empréstimos a partes relacionadas	191	84	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Contas a pagar	63.508	93.660	68.394	200.238
Obrigações com pessoal	4.375	3.180	22.476	16.675
Arrendamentos	736	473	2.215	11.646

Não há ativo ou passivo mensurado a valor justo por meio do resultado.

Gestão de riscos financeiros: As atividades da Empresa a expõem a certos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira da Empresa segundo as políticas aprovadas em relação a risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e investimento de excedentes de caixa. Os principais riscos associados às operações da Empresa estão relacionados abaixo: **a) Risco de crédito:** Está relacionado à possibilidade de a Empresa incorrer em prejuízos decorrentes do não recebimento por parte de seus clientes. Como as operações da Empresa, de compra e revenda de créditos para recarga de telefones celulares pré-pagos, são realizadas substancialmente via cartão de crédito para o varejo, existe risco de *default* por parte dos clientes. Este risco é inerente ao modelo de negócio, onde as revendas de créditos para recarga de telefones celulares pré-pagos ocorrem substancialmente via cartão de crédito para o varejo, sendo sujeitas a contestações. A administração da Empresa entende que, nos exercícios apresentados, esse risco não é relevante, pois a Empresa não possui histórico de perdas relevantes sobre o contas a receber. **b) Risco de liquidez:** As necessidades de caixa e exigências de liquidez da Empresa são monitoradas pela diretoria financeira, sendo as necessidades de caixa definidas com base nos compromissos futuros assumidos com fornecedores, empregados e outros, bem como para manutenção de um nível de capital de giro adequado às operações. Esse risco está relacionado à possibilidade de a Empresa incorrer em prejuízos decorrentes da necessidade de liquidar seus ativos em situações desfavoráveis. A administração da Empresa entende que, nos exercícios apresentados, esse risco não é relevante, pois o capital da Empresa é gerido de modo adequado às suas operações e os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a grandes instituições financeiras. **c) Risco de mercado:** Está relacionado à possibilidade de a Empresa incorrer em prejuízos decorrentes da oscilação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros devido a variações cambiais, alterações na taxa de juros, dentre outros. A administração da Empresa entende que, nos exercícios apresentados, os riscos aos quais a Empresa está exposta decorrem, substancialmente, de fatores de risco relacionados a taxas de juros, principalmente decorrentes da oscilação na taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade da taxa de juros, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa referentes ao período remanescente do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Contas a pagar e obrigações com pessoal	67.883	-	-	67.883
Arrendamentos	381	355	-	736
Em 31 de dezembro de 2021				
Contas a pagar e obrigações com pessoal	96.840	-	-	96.840
Arrendamentos	282	191	-	473

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Contas a pagar e obrigações com pessoal	90.870	-	-	90.870
Arrendamentos	713	1.502	-	2.215
Em 31 de dezembro de 2021				
Contas a pagar e obrigações com pessoal	216.913	-	-	216.913
Arrendamentos	2.837	8.809	-	11.646

19. Receita Líquida: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber por prestação de serviços ou revenda de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o controle do serviço e da mercadoria é transferido ao cliente, o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Empresa atua em parceria com as grandes operadoras de telefonia móvel na distribuição de créditos para recarga de telefones celulares pré-pagos, com forte presença nos canais digitais, gestão digital de faturamento e cobrança de planos de telefonia móvel, e comércio varejista e atacadista de cartões, *chips* e créditos para recarga de telefones e dispositivos móveis. A Empresa possui operações somente no Brasil. Avaliando os critérios para reconhecimento da obrigação de desempenho de acordo como o CPC 47, a administração concluiu que a receita com prestação de serviços deve ser reconhecida ao longo do tempo, pois é ao longo do tempo que a Empresa transfere o controle do serviço prestado. As receitas não faturadas até o final do mês (receitas a faturar) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. As receitas oriundas da distribuição de créditos para recarga e comércio varejista e atacadista de cartões e *chips* são reconhecidas no momento em que há a disponibilização do crédito ao usuário, ou seja, quando o controle é transferido ao usuário.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Prestação de serviços	8.715	9.913	131.671	131.483
Revenda de mercadorias (i)	1.072.621	1.195.396	1.072.621	1.194.768
Receita bruta	1.081.336	1.205.309	1.204.292	1.326.251
Tributos sobre a receita (ii)	(101.600)	(113.401)	(117.373)	(129.387)
Receita líquida	979.736	1.091.908	1.086.919	1.196.864

(i) Representa, substancialmente, a revenda de créditos para recarga de telefones celulares pré-pagos por parte da Empresa, no qual a Empresa atua como principal. (ii) Os tributos incidentes sobre a receita são: ISS - Imposto sobre Serviços, contribuição para o PIS - Programa de Integração Social, COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta e ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

20. Custos dos Serviços Prestados

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Custo de mercadorias revendidas (i)	919.496	1.024.397	919.496	1.024.397
Custos com pessoal	4.362	4.137	18.734	23.391
Depreciação e amortização	-	-	19.818	17.633
Serviços de terceiros (ii)	11.435	5.106	22.447	19.795
Aluguéis	-	-	-	960
Outros custos	3.456	-	5.826	3
Total	938.749	1.033.640	986.321	1.086.179

(i) Custos referentes aos créditos para recarga de telefones celulares pré-pagos revendidos pela Empresa. (ii) Refere-se, substancialmente, às comissões sobre transações via cartão de crédito nas operações de comércio e de serviços de meios de pagamento.

21. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Depreciação e amortização	2.673	2.864	4.013	3.877
Despesas com pessoal	16.343	13.893	37.450	32.347
Serviços de terceiros	10.970	27.343	31.046	58.129
Aluguéis (i)	1.306	751	3.179	1.424
Outros tributos	200	-	150	-
Outras despesas	1.427	(74)	2.920	4.179
Total	32.919	44.777	78.758	99.956

(i) Referem-se, substancialmente, a contratos de arrendamento com período inferior a 12 meses ou de baixo valor (inferior a R$ 20 por ano).

22. Receitas e Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	587	267	736	461
Outras receitas	48	7	461	125
	635	274	1.197	586
Despesas financeiras				
Variações cambiais	-	-	(9)	-
Juros	(321)	(193)	(3.806)	(3.839)
Tributos sobre transações financeiras	(33)	-	(211)	-
Outras despesas	(66)	(108)	(718)	(659)
	(420)	(301)	(4.744)	(4.498)
Total	215	(27)	(3.547)	(3.912)

23. Partes Relacionadas: 23.1. Saldos e transações com partes relacionadas: Nos exercícios apresentados, a Empresa manteve transações com as seguintes partes relacionadas:

	Controladora			
31 de dezembro de 2022	Ativo	Passivo	Receitas	Custos e despesas
M4 Produtos e Serviços Ltda.	191	790	27	-
	191	790	27	-

	Controladora			
31 de dezembro de 2021	Ativo	Passivo	Receitas	Custos e despesas
M4 Produtos e Serviços Ltda.	93	694	125	-
	93	694	125	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui um empréstimo com sua controlada (M4P) na modalidade de conta corrente, com a finalidade de atender às necessidades de caixa de cada entidade. Esse empréstimo não possui prazo definido e não tem incidência de juros. O saldo a receber pela empresa, referente a esse empréstimo, é de R$ 191 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 84 em 31 de dezembro de 2021). Os demais saldos a receber e a pagar com a M4P, bem como as receitas, são referentes a operações de prestação de serviços a terceiros que envolvem a Empresa e a M4P simultaneamente. **24. Tributos sobre o Lucro:** A Empresa apura seus tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa com a CSLL e o IRPJ está demonstrada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	13.298	8.362	14.639	6.817
Alíquota combinada de CSLL e IRPJ	34%	34%	34%	34%
	4.521	2.843	4.977	2.318
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.705)	1.735	-	-
Outros ajustes	82	47	(738)	762
CSLL e IRPJ	2.898	4.625	4.239	3.080
CSLL e IRPJ correntes	-	6.300	1.589	6.300
CSLL e IRPJ diferidos	2.898	(1.675)	2.650	(3.220)
	2.898	4.625	4.239	3.080
Alíquota efetiva de tributos sobre o lucro	21,8%	55,3%	29,0%	45,2%

25. Seguros: A Empresa mantém apólices de seguro contratadas junto a conceituadas seguradoras do país, que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As coberturas dessas apólices são emitidas de acordo com os objetivos definidos pela Empresa, a prática de gestão de risco corporativo e as limitações impostas pelo mercado de seguros. Os ativos da Empresa diretamente relacionados às suas operações estão contemplados na cobertura dos seguros contratados. **26. Contingências:** Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta a reclamações de natureza trabalhista, fiscal e cível. Assim, a Empresa realiza uma avaliação contínua dos eventos que possam resultar em contingências, com risco de gerar perdas reconhecidas no resultado de exercícios futuros. No processo de avaliação, a Empresa registra uma provisão se houver uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, e se for provável uma saída de recursos para liquidar essa obrigação. Caso contrário, se for apenas possível uma saída de recursos (passivo contingente), as contingências são apenas mencionadas em notas explicativas. Passivos contingentes identificados: Em 31 de dezembro de 2022, os eventos com risco de perda considerado possível pela administração, suportada pelo entendimento dos seus assessores jurídicos, são relacionados a processos cíveis, no montante de aproximadamente R$ 83, e a processos tributários, no montante de aproximadamente R$ 18.109. **27. Eventos Subsequentes: Decisão STF:** O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu, em 8 de fevereiro de 2023, que uma decisão definitiva exonerando tributos recolhidos de forma continuada perde sua eficácia quando a Corte se pronunciar em sentido contrário. Por maioria de votos, ficou definido que a perda de efeitos é imediata e sem a necessidade de ação rescisória, quando se tratar de decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral. Em decorrência dessa decisão, a Empresa, com o apoio de seus assessores jurídicos, realizou uma avaliação sobre processos discutidos judicialmente em anos anteriores, bem como sobre teses e procedimentos adotados pela Empresa, principalmente acerca de temas de natureza tributária e trabalhista, e não identificou nenhum fato que pudesse causar impactos contábeis e de divulgação nas demonstrações contábeis. Aumento de Capital: Em janeiro de 2023, a controladora da Empresa realizou um aumento de capital no montante de R$ 35.000 na controlada M4P, com o objetivo de prover recursos para capital de giro. Reorganização societária: Em 27 de fevereiro de 2023, a Bemobi Mobile Tech S.A. ("Bemobi") assumiu o controle direto da M4P, que até então era controlada direta da Empresa e controlada indireta da Bemobi. A aquisição ocorreu a valores contábeis, mediante redução de capital social da Empresa e transferência de 100% das quotas da M4P para a Bemobi.

Mônica Cordeiro de Lima - Contadora - CRC/RJ: 101683/O-5 - CPF 057.744.596-08

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Quotistas Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda. e da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de março de 2022, sem ressalvas. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2023. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5 / Valter Vieira de Aquino Junior - Contador - CRC 1SP263641/O-0

CBCC PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF nº 00.027.742/0001-00 - NIRE 33.2.1261869-2

Ata de Reunião de Sócios: 1. Data, hora e local: 23/06/23, às 14h, na sede da Sociedade, na Av. Presidente Wilson, 228/13º andar - parte, Centro, RJ/RJ. 2. Convocação e presença: Convocação dispensada, nos termos do Art. 1.072, §2º, Lei 10.406/2002, e do Art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, face a presença da totalidade dos sócios. 3. Mesa: Presidente: Alessandro d'Ecclesia Farace; Secretária: Mônica Cristina Napoleão Medeiros. 4. Deliberações: Tomadas pela unanimidade dos sócios, sem quaisquer reservas ou ressalvas, com as abstenções legais: 4.1. Aprovar, depois de examinado e discutido, sem qualquer emenda ou ressalva e em concordância com o previsto pelo art. 1.082, inciso I, da Lei 10.406/2002, a redução do Capital Social em R$10.498.480,00 - totalmente subscrito e integralizado - por ocorrência de perdas irreparáveis e mediante a absorção dos Prejuízos Acumulados registrados em 31/12/22 em seus demonstrativos fiscais e contábeis, resultando como novo valor de seu Capital Social o total de R$1.801.520,00, permanecendo cada quota com o valor nominal de R$1,00 . Em razão da manutenção do valor nominal de cada quota em R$1,00, a Sociedade passa a ter o seu Capital Social composto por 1.801.520 quotas, sendo assim a nova distribuição acionária: 1. Victori Investimentos Ltda - 1.801.519; 2. Alessandro d'Ecclesia Farace - 1 (uma quota). 4.2. Em virtude da redução de capital aprovado no item 4.1 acima, na sequência, os sócios formalizarão a competente alteração do Contrato Social da Sociedade. 4.3. Autorizar a lavratura da presente Ata a que se refere esta Reunião de Sócios de acordo com o §1º do Art. 1.075 da Lei nº 10.406/2002: 5. Encerramento: Nada mais a ser tratado encerrou-se a presente Reunião, tendo sido lavrada cuja Ata foi aprovada e assinada por todos os sócios. 6. Assinaturas: Presidente: Alessandro d'Ecclesia Farace; Secretária: Mônica Cristina Napoleão Medeiros e Sócios Alessandro d'Ecclesia Farace p. Victori Investimentos Ltda, e Alessandro d'Ecclesia Farace. RJ, 23/06/23. Alessandro dEcclesia Farace - Presidente; Mônica Cristina Napoleão Medeiros - Secretária; Victori Investimentos Ltda. - Sócio; Alesandro d'Ecclesia Farace - Sócio.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 3923-5158
96865-1628
(11) 2655-1899

Economia

ENERGIA

Aneel intima Light a apresentar novo plano de recuperação

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) afirmou na quarta-feira que o plano de resultados apresentado pela distribuidora de energia Light não trouxe condições suficientes para assegurar a sustentabilidade da sua concessão. Com isso, a agência intimou a empresa a informar em até 15 dias se apresentará um novo plano de recuperação do seu quadro econômico-financeiro ou um plano de transferência de controle societário, conforme autorizado na legislação.

Com operações no Rio de Janeiro, a Light enfrenta processo de recuperação judicial. Em nota enviada à Folha, a empresa disse que encaminhará os esclarecimentos à Aneel dentro do prazo de 15 dias. "O Plano de Recuperação ou o de Transferência deve assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da concessão, com cronograma das ações a serem tomadas, que serão analisadas pela Aneel", disse o órgão regulador.

Segundo a agência, a intimação ocorreu porque o plano de resultados apresentado inicialmente pela distribuidora de energia "não continha ações para assegurar, de forma inequívoca, melhoria de desempenho que garantisse a recuperação da sustentabilidade econômico-financeira da concessão".

O órgão ponderou que a Light segue adimplente com suas obrigações intrassetoriais, o que inclui contratos da distribuidora com geradoras de energia, transmissoras e pagamento de encargos.

De acordo com a Aneel, também estão preservadas integralmente as obrigações com fornecedores de serviços, equipamentos e funcionários no momento. A agência ainda prometeu que seguirá adotando as medidas necessárias para assegurar a "prestação adequada" do serviço de distribuição da Light, de forma independente das discussões feitas no âmbito do processo de recuperação judicial. "A Light recebeu com naturalidade o pedido da Aneel de esclarecimentos adicionais, e vai encaminhá-los dentro do prazo devido de 15 dias", afirmou a empresa.

"Como a agência assinalou, a Light está totalmente adimplente com suas obrigações regulatórias, intrassetoriais, com fornecedores e funcionários", completou.

A companhia disse que apontou um desequilíbrio em seu contrato de concessão e que existe processo já em análise pela Aneel. A empresa também lembra que enviou recentemente ao Ministério de Minas e Energia uma solicitação para prorrogar sua concessão. O grupo Light entrou com pedido de recuperação judicial em maio, alegando necessidade de buscar solução para dívidas de cerca de R$ 11 bilhões.

A Justiça do Rio de Janeiro aceitou a solicitação no mesmo mês, concedendo uma cautelar -uma espécie de liminar- para suspender os débitos financeiros em discussão. As dívidas estão concentradas na distribuidora, mas o pedido foi apresentado pela holding para contornar limitações legais. As distribuidoras de energia são proibidas por lei de entrar em recuperação judicial.

A Light presta atendimento a 4,5 milhões de consumidores em mais de 30 municípios do Rio de Janeiro.

DESVIOS EM CONTRATOS

Gilmar para inquérito sobre Lira e fraude em kit robótica

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu ontem a investigação sobre supostos desvios em contratos de kit robótica que envolve aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Na liminar (decisão urgente e provisória), Gilmar também paralisou todos os procedimentos relacionados ao inquérito, como medidas de quebra de sigilos, até que o STF julgue se o caso deveria ser de competência do tribunal. A decisão tem efeito imediato.

A defesa de Lira havia se manifestado contra decisões proferidas pela 2ª Vara Federal de Alagoas, responsável pela condução do caso. Os advogados sustentaram no STF que a tramitação do inquérito na primeira instância desrespeita a regra constitucional da prerrogativa de foro.

Isto porque, segundo a defesa, já no início das investigações da Polícia Federal havia suspeita de envolvimento de autoridades com direito ao benefício, configurando, assim, uma transgressão à competência do Supremo, responsável por processar e julgar estes casos.

As suspeitas sobre os kits de robótica tiveram origem em reportagem da Folha de S.Paulo publicada em abril do ano passado sobre as aquisições em municípios de Alagoas, todas assinadas com uma mesma empresa pertencente a aliados de Lira.

Segundo a decisão, que está em segredo de Justiça e foi obtida pela Folha de S.Paulo, Gilmar entendeu ter sido demonstrado, em parte, o que alega a defesa do presidente da Câmara. O ministro afirmou ter identificado "inúmeras circunstâncias indicativas de prováveis ilegalidades praticadas". Ele justificou a medida liminar por "possível risco de dano irreparável e possibilidade de deferimento de medidas invasivas por autoridades manifestamente incompetentes".

"No presente caso, basta um rápido lançar de olhos sobre os documentos que instruíram a portaria de deflagração do inquérito policial para concluir que, desde o início das investigações, a hipótese investigativa aventada pela Polícia Federal claramente apontava para a participação do reclamante (Lira) em suposta malversação de verba pública do FNDE", disse o ministro.

Gilmar também afirmou que "o evento chega a ser escandaloso, na medida em que, muito embora a portaria lavrada pelo delegado de Polícia Federal esteja acompanhada de reportagens jornalísticas que claramente insinuam o envolvimento do parlamentar com as empresas sob investigação, os autos do inquérito policial não observaram as regras de prerrogativa de foro".

O ministro também ressaltou que a portaria de instauração do inquérito policial foi feita sem autorização do STF e que chamou atenção que ela sugere a ocultação do nome de Lira, mesmo que a hipótese da investigação "claramente apontasse para o envolvimento do mesmo nos atos narrados pelo delegado da PF".

Além disso, afirmou que as investigações realizadas com a autorização da 2ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas incluíram diversas diligências para apuração da responsabilidade de servidores comissionados supostamente vinculados ao deputado.

"Não há dúvidas, portanto, de que o reclamante figurava como elemento central das investigações promovidas pela Superintendência de Polícia Federal em Alagoas, sem que o inquérito policial tenha observado as formalidades exigidas pela jurisprudência desta corte", disse.

Ele acrescentou que os fatos sugerem "uma tentativa nada ortodoxa de investigação de autoridade detentora de prerrogativa de foro ao arrepio das formalidades constitucionais".

A defesa de Lira sustentou ainda que, logo no início das apurações, a PF anexou aos autos diversos RIFs (relatórios de inteligência financeira) referentes a pessoas e empresas suspeitas.

TURISMO

Daniela Carneiro segue no cargo ao menos até a próxima semana

A ministra do Turismo, Daniela Carneiro, ganhou mais uma sobrevida no governo do presidente Lula (PT), após ter até mesmo marcado evento de despedida na pasta e aliados esperarem entrega de carta de demissão.

Apesar disso, a titular da pasta já colocou o seu cargo à disposição e tem conhecimento de que a saída é certa, de acordo com o ministro Paulo Pimenta (Secom).

Ela ficará, ao menos, até a próxima semana, quando o Congresso concluir as votações econômicas, disse Pimenta.

"A gente vai concluir esse debate nas questões do Congresso nesta semana e vamos retomar essa discussão sobre a composição (do governo) e eventuais mudanças que possam ocorrer no governo a partir da semana que vem. Portanto, a ministra permanece a disposição do governo desempenhando sua função", disse ele a jornalistas no Palácio do Planalto.

A Câmara dos Deputados decidiu fazer esforço concentrado nesta semana para votar três pautas de interesse do governo: arcabouço fiscal, Carf e reforma tributária. Mas, diante de impasses em torno dos textos, em especial da tributária, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu priorizar a reforma e deixar as demais para depois do recesso parlamentar.

Questionado sobre qual votação o governo está esperando ocorrer para oficializar a saída de Daniela Carneiro do Turismo, Pimenta disse: "Espera o recesso chegar".

Contudo, questionado se a mudança ficaria para depois do recesso parlamentar, para agosto, disse que as conversas serão retomadas na próxima semana.

"O governo vai retomar os diálogos com as lideranças, interlocutores dos diferentes grupos e partidos no decorrer da semana que vem", afirmou.

Além disso, o Planalto também aguarda uma reunião com lideranças do União Brasil, partido da ministra, antes de oficializar a troca. O encontro pode ocorrer, segundo auxiliares palacianos, no Palácio do Planalto, sexta-feira.

Devem participar da reunião o senador Davi Alcolumbre (AP) e os deputados Elmar Nascimento (BA), Luciano Bivar (PE) e Celso Sabino (PA). Este último já é o nome indicado pelo partido para assumir o cargo de Daniela.

A ministra tenta no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) deixar o partido. Por ser deputada, ela precisa de autorização da Justiça para não perder o mandato. Assim, a União Brasil passou a demandar o ministério de volta para o governo.

O marido de Daniela, prefeito de Belford Roxo (RJ), Waguinho, já concluiu a migração para o Republicanos.

No final da tarde de quinta-feira, a ministra publicou nas redes sociais foto com Lula e disse que continua no cargo.

"Sigo ao lado do presidente Lula trabalhando por um Brasil mais digno e justo para todos os brasileiros", afirmou Daniela.

Integrantes do Palácio do Planalto esperavam que a ministra entregasse sua carta de demissão do cargo em encontro com o presidente.

Apesar disso, na noite de quarta-feira passada, aliados do governo passaram a dizer que a troca no Turismo poderia demorar mais alguns dias para ser concretizada porque os parlamentares da União Brasil aumentaram a exigência para ocupar a pasta.

MEIO AMBIENTE

Desmatamento na Amazônia em junho volta a níveis pré-Bolsonaro

O desmatamento na Amazônia em junho foi o mais baixo dos últimos cinco anos, com 663 km². Esse número é o menor desde 2018 (488,1 km²), antes de Jair Bolsonaro (PL) assumir a presidência.

Na comparação com o dado do mesmo mês em 2022, houve redução de 41% na área desmatada no bioma.

No cerrado, a queda foi de 14,6% em relação a junho do ano passado, com 867 km² desmatados. O número positivo vem depois de uma alta de 83% registrada em maio.

Os dados do Deter, sistema do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que reúne informações para o combate ao desmate quase em tempo real, foram divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas.

O acumulado no primeiro semestre do ano nos dois biomas chega a mais de 7.000 km², equivalente a cerca de 4,5 vezes a área da cidade de São Paulo (1.521 km²). Enquanto na Amazônia, foram destruídos 2.649 km² de floresta, taxa mais baixa desde 2020 (3.081 km²), o cerrado perdeu 4.408 km² de vegetação -o índice mais alto já registrado pelo Deter.

O número ficou cerca de 20% acima do recorde anterior, de 2018, quando o desmate no bioma passou de 3.774 km².

A série histórica para o cerrado começa em 2018; a da Amazônia, em 2016.

"Quando chegamos aqui sabíamos do desafio de fazer esse esforço considerando a complexidade e a diferença de 2003 para 2023, e que tínhamos que dar respostas", afirmou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre a diferença do cenário encontrado em sua primeira passagem pela pasta em comparação com a gestão atual.

Marina ressaltou que a queda no desmatamento é, na sua visão, resultado da união entre a capacidade da equipe do ministério junto com uma decisão política. "A decisão do presidente Lula de assumir como política de governo a continuidade da ideia de que a politica ambiental brasileira será uma politica transversal", disse. "O que nós temos aqui é o resultado dessa ação emergencial."

Mato Grosso ultrapassou o Pará como líder de desmatamento da Amazônia neste primeiro semestre, com 905 km² contra 746 km² de área derrubada -34% e 28% do total, respectivamente. O estado do Amazonas vem na sequência, com 553 km² (21% do total).

Nota

ONG RIO DE PAZ LANÇA DOCUMENTÁRIO SOBRE DESAPARECIDOS

A ONG Rio de Paz lançará no dia 13 o documentário Cadê Você?, sobre as 5 mil pessoas desaparecidas por ano no RJ. Ao final da exibição, no cinema NET Botafogo, haverá um debate com o fundador da ONG Antonio Carlos Costa e o diretor do filme, Humberto Nascimento.O longa-metragem marca os dez anos do assassinato e desaparecimento do pedreiro Amarildo Souza, morto por policiais militares, na Rocinha. O filme também traz histórias inéditas de pessoas que procuram seus entes queridos, muitos assassinados pelo tráfico, milícia ou polícia, cujos corpos jamais foram encontrados. "O poder público é incapaz de oferecer uma resposta para essa pergunta central: cadê você? A pergunta que pais, mães, avós e filhos fazem. Queremos com esse filme provocar um debate. O poder público tem que dar uma resposta. A democracia não pode conviver com esse crime", disse Carlos Costa. "Rio, 5 mil desaparecidos por ano. Quantos assassinados?" É essa pergunta que a Rio de Paz faz, em seu memorial, na Lagoa, na zona sul, com uma faixa questionando o estado sobre os desaparecidos.

HABITAÇÃO

Campinas recua e vai ampliar casas de 15 para até 55 metros quadrados

A Prefeitura de Campinas (a 93 km de São Paulo) anunciou a ampliação do tamanho das 116 casas de 15 metros quadrados construídas para reassentar parte das famílias da ocupação Mandela Vive.

Em entrevista ontem, o prefeito Dário Saadi (Republicanos) e seu vice, Wanderley de Almeida (PSB), afirmaram que serão dadas três opções de expansão das casas aos moradores: para 33 m², 45 m² e 54,7 m².

O tamanho das casas foi alvo de crítica de especialistas em arquitetura ouvidos pela reportagem. Na época da polêmica, em uma rede social, Saadi classificou a queixa como "coisa criada pela esquerda lacradora, que nada faz pela população e busca atrapalhar o trabalho de quem faz".

Dias depois, também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mencionou o tamanho diminuto dos imóveis. Em transmissão em rede social, ela disse que, "se essa moda pega, daqui a pouco estaremos construindo poleiros para que o povo possa morar".

Por causa do tamanho de 15 m², moradores da ocupação haviam relatado à Folha de S.Paulo sentimento de frustração e que fariam puxadinhos com madeirite ou outros materiais para ampliar o espaço.

A primeira opção oferecida seria um quarto ao "embrião" - como é batizado o modelo de 15 m² em obras-, aumentando a área total para 33 m². Neste caso, o valor do imóvel terá um acréscimo de R$ 24 mil em relação ao cobrado inicialmente, de R$ 48 mil. Caso a família opte pelo acabamento, o acréscimo será de R$ 27 mil.

A segunda opção possibilita aumentar o embrião em dois cômodos, conferindo área total de 45 m². Neste caso, o acréscimo ao valor inicial varia de R$ 41 mil a R$ 45 mil.

A última opção seria aumentar as casas para deixá-las com 54,7 m². Neste caso, a planta ganharia mais um dormitório, banheiro, lavanderia e sala. O acréscimo para as famílias que optarem por esse modelo deve variar de R$ 60 mil a R$ 65 mil.

Com isso, o valor das parcelas que os moradores deverão pagar pelas propriedades deve aumentar. O mínimo será de R$ 132, mas esse montante vai variar de acordo com o modelo escolhido pela família.

"Cada família terá que ver o que cabe em seu orçamento e escolher a opção que cabe no bolso", afirmou Almeida.

O prazo máximo para quitação dos imóveis permanecerá sendo de 300 meses, e o valor do aumento, a depender da escolha da família, será incluído na parcela que os moradores já pagam pelo embrião.

Durante a entrevista na sede da prefeitura, Thamires Batista, 31, que representa o movimento do Mandela Vive, evitou comentar a proposta oferecida pela prefeitura. "Iremos fazer uma reunião e soltaremos um posicionamento do coletivo nas nossas redes sociais."

Ao todo, são 116 unidades que devem atender 450 pessoas que vivem na Ocupação Mandela Vive há sete anos.

O loteamento é uma contrapartida à demanda dos moradores da ocupação, que ficariam sem habitação em razão da reintegração de posse determinada pela Justiça no início do ano. De acordo com a prefeitura, a escolha foi a solução considerada viável, em razão do prazo de quatro meses que os moradores teriam para deixar a área particular.

SALTO

Espuma branca oriunda de poluição cobre área do rio Tietê no interior

Uma espuma branca foi registrada ontem no trecho da cidade de Salto (75km de São Paulo) do rio Tietê. Em alguns pontos, é possível observar que a substância cobre todo o rio, não sendo possível observar a correnteza natural das águas.

O fenômeno não é uma completa novidade. Em julho de 2022, foi noticiado a mesma espuma branca cobrindo o rio também na região de Salto. Naquele momento, era a quarta vez que o material era visto considerando os dez meses anteriores.

Frequente na parte do rio que corta Salto, ambientalistas já explicaram que a espuma é vista normalmente depois de uma estiagem prolongada. A formação se dá a partir de resíduos de materiais jogados no Tietê.

Em nota, a prefeitura da cidade disse que a espuma é causada pela poluição oriunda da região metropolitana de São Paulo. "Salto trata quase 100% do esgoto, mas, assim como todas as cidades do médio Tietê, recebe o rio em péssimas condições."

O município também informou que nessa época do ano, em que há menos chuva, é mais comum a formação da espuma. Isso faz sentido porque o rio fica menos cheio, fazendo com que poluentes como detergentes estejam mais concentrados na água. "É um problema grave que se arrasta há vários anos", completa a nota.

A reportagem também entrou em contato com a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), mas não teve resposta até a publicação do texto. Anteriormente, a entidade já tinha informado que a espuma era mais comum na região de Salto por conta da baixa vazão da água e da presença de esgoto doméstico não tratado.

O problema poderia ser solucionado com a implantação de sistemas adequados de esgotamento sanitário, incluindo a coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos domésticos. Chuvas também poderiam evitar a composição da espuma.

A poluição no Tietê ainda é um problema enfrentado pelo estado de São Paulo. Desde 1992, foi implementado o Projeto Tietê com investimento de ao menos US$ 3,4 bilhões (cerca de R$ 18 bilhões, na cotação atual) desde então. Embora ainda tenha muitos problemas de poluição, houve alguns avanços.

Um deles foi a mancha de poluição no rio. Na década de 1990, a extensão era de mais de 500 km. Em 2021, o índice caiu para ceca de 85 km. Um ano após, em 2022, subiu 43%, chegando a 122 km de área poluída no corpo d'água do rio.

Com 1.100 km de extensão, o Tietê corta o estado de São Paulo -nasce em Salesópolis e, correndo na direção contrária da Serra do Mar, vai até Itapura, onde deságua no rio Paraná.

INVERNO: Sol sem nuvens. Noite ainda sem nuvens. Manhã Tarde Noite 30º 13º 5% 06:32 17:22

Aliança Investimentos Financeiros Ltda.
CNPJ/MF nº. 09.656.939/0001-83 - NIRE 3320812961-5
Ata de Reunião Extraordinária de Sócios

1. Data, Hora e Local: Em 05/07/2023, às 10:00 horas, na sede da Aliança Investimentos Financeiros Ltda., na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Sociedade"). **2. Mesa:** Presidente: **Leonardo de Oliveira Ghirlinzone da Rocha**. Secretário: **Julio César Ghirlinzone da Rocha Junior. 3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação prévia por estarem presentes todos os sócios, representando a totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei 10.406/03. **4. Presentes:** Sócios representando a totalidade do capital social: **Leonardo de Oliveira Ghirlinzone da Rocha**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.398.127-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.532.918-8 (DETRAN-RJ), residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Leonardo"); **Julio César Ghirlinzone da Rocha Junior**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 100.620.327-39, portador da Cédula de Identidade RG nº 020.233.262-3 (DIC-RJ), residente e domiciliado na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na mesma cidade, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Junior"); **Sirlei De Oliveira Ghirlinzone da Rocha**, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 657.372.537-91, portadora da Cédula de Identidade RG nº 05.466.557-5 SSP/RJ, residente e domiciliada na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na mesma cidade, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Sirlei"); e **Julio Cesar Ghirlinzone da Rocha**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 498.860.297-49, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.431.943-2 SSP/RJ, residente e domiciliado na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na mesma cidade, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Julio"). **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Sociedade, no valor total de R$ 24.598.888,00; e (ii) o grupamento das quotas da Sociedade. **6. Deliberação:** Os sócios, por votação unânime e sem ressalvas, decidiram: **6.1.** Aprovar a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo às necessidades operacionais da Sociedade, nos termos do art. 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406 de 10/01/2022 ("Código Civil"), de modo que o capital social, atualmente de R$ 35.400.276,00, será reduzido para R$ 10.801.388,00, sendo a redução, no valor de R$ 24.598.888,00, realizada mediante a redução do valor nominal das quotas sociais, atualmente de R$ 1,00 para R$ R$ 0,3051215758882780 por quota. **6.1.1.** A redução do capital social da Sociedade se dará mediante a cessão, a título oneroso em favor dos sócios na proporção de suas participações no capital social, de ativos de propriedade da Sociedade correspondentes a (i) 300.000 quotas representativas de 50% do capital social da **Lanlimp Descartáveis e Limpeza Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na Rua José Gonçalves Rebollas, nº 1590 A, Bairro Siderlândia, CEP 27350-390, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.091.584/0001-58 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 3320505551-3 ("Lanlimp"); e (ii) 13.073.278 quotas representativas de 50% do capital social da **Pactual Comércio de Descartáveis e Limpeza Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada da Gávea, nº 696, salas 409, 410, 411, 412 e 413, São Conrado, CEP 22610-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.296.767/0001-63 e registrada na JUCERJA sob o NIRE 3320818327-0 ("Pactual"). **6.1.2.** Em consequência do acima exposto, a admissão de Leonardo, Junior, Sirlei e Julio como sócios da Lanlimp e da Pactual será formalizada por meio de alterações dos contratos sociais destas sociedades a serem oportunamente arquivadas na JUCERJA. **6.2.** Ato contínuo, os sócios aprovaram o subsequente grupamento das 35.400.276 quotas do capital social da Sociedade, no valor nominal de R$ 0,3051215758882780 cada, na proporção de 3,2773821290374900 para 1, de forma que o capital social da Sociedade passe a ser divido em 10.801.388 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, distribuídas entre os sócios na proporção que detêm no capital social. **6.3.** A redução do capital social da Sociedade ora aprovada será efetivada mediante o registro da presente ata na JUCERJA, após decorrido o prazo de 90 dias contados da publicação desta ata, nos termos do Artigo 1.084, § 1º e 3º, do Código Civil e o registro perante a JUCERJA do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade que deliberar sobre a alteração do capital social da Sociedade. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada a Reunião Extraordinária de Sócios e lavrada esta Ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Barra Mansa, 05/07/2023. **Mesa: Leonardo de Oliveira Ghirlinzone da Rocha**, Presidente da Mesa; **Julio César Ghirlinzone da Rocha Junior**, Secretário da Mesa. **Sócios:** Leonardo de Oliveira Ghirlinzone da Rocha, Julio César Ghirlinzone da Rocha Junior, Sirlei de Oliveira Ghirlinzone da Rocha e Julio César Ghirlinzone da Rocha.

Hamptons Investimentos Financeiros Ltda.
CNPJ/MF nº 24.323.227/0001-36 - NIRE 3321013162-1
Ata de Reunião Extraordinária de Sócios

1. Data, Hora e Local: Em 05 de julho de 2023, às 10:00 horas, na sede da Aliança Investimentos Financeiros Ltda., na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Sociedade"). **2. Composição da Mesa:** Presidente: **Leonardo de Oliveira Ghirlinzone da Rocha**. Secretário: **Julio César Ghirlinzone da Rocha Junior. 3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação prévia por estarem presentes todos os sócios, representando a totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei 10.406/03. **4. Presentes:** Sócios representando a totalidade do capital social: **Leonardo de Oliveira Ghirlinzone da Rocha**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.398.127-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.532.918-8 (DETRAN-RJ), residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Leonardo"); **Julio César Ghirlinzone da Rocha Junior**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 100.620.327-39, portador da Cédula de Identidade RG nº 020.233.262-3 (DIC-RJ), residente e domiciliado na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na mesma cidade, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Junior"); **Sirlei de Oliveira Ghirlinzone da Rocha**, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 657.372.537-91, portadora da Cédula de Identidade RG nº 05.466.557-5 SSP/RJ, residente e domiciliada na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na mesma cidade, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Sirlei"); e **Julio Cesar Ghirlinzone da Rocha**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 498.860.297-49, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.431.943-2 SSP/RJ, residente e domiciliado na Cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na mesma cidade, na Rua Dois, nº 57, Bairro Boa Vista I, CEP 27332-390 ("Julio"). **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no valor total de R$ 24.598.888,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais); e (ii) o grupamento das quotas da Sociedade. **6. Deliberação:** Os sócios, por votação unânime e sem ressalvas, decidiram: **6.1.** Aprovar a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo às necessidades operacionais da Sociedade, nos termos do art. 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2022 ("Código Civil"), de modo que o capital social, atualmente de R$ 33.307.120,00 (trinta e três milhões, trezentos e sete mil, cento e vinte reais), será reduzido para R$ 8.708.232,00 (oito milhões, setecentos e oito mil, duzentos e trinta e dois reais), sendo a redução, no valor de R$ 24.598.888,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais), realizada mediante a redução do valor nominal das quotas sociais, atualmente de R$ 1,00 (um real) para R$ 0,2614525662981370 por quota. **6.1.1.** A redução do capital social da Sociedade se dará mediante a cessão, a título oneroso em favor dos sócios na proporção de suas participações no capital social, de ativos de propriedade da Sociedade correspondentes a (i) 300.000 (trezentas mil) quotas representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da **Lanlimp Descartáveis e Limpeza Ltda.**, sociedade limitada, com sede na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na Rua José Gonçalves Rebollas, nº 1590 A, Bairro Siderlândia, CEP 27350-390, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.091.584/0001-58 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 3320505551-3 ("Lanlimp"); e (ii) 13.073.278 (treze milhões, setenta e três mil, duzentas e setenta e oito) quotas representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da **Pactual Comércio de Descartáveis e Limpeza Ltda.**, sociedade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada da Gávea, nº 696, salas 409, 410, 411, 412 e 413, São Conrado CEP 22610-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.296.767/0001-63 e registrada na JUCERJA sob o NIRE 3320818327-0 ("Pactual"). **6.1.2.** Em consequência do acima exposto, a admissão do Leonardo, Junior, Sirlei e Julio como sócios da Lanlimp e da Pactual será formalizada por meio de alterações dos contratos sociais destas sociedades a serem oportunamente arquivadas na JUCERJA. **6.2.** Ato contínuo, os sócios aprovaram o subsequente grupamento das 33.307.120 (trinta e três milhões, trezentas e sete mil, cento e vinte) quotas do capital social da Sociedade, no valor nominal de R$ 0,2614525662981370 cada, na proporção de 3,8247855592271800, para 1, de forma que o capital social da Sociedade passe a ser divido em 8.708.232 (oito milhões, setecentas e oito mil, duzentas e trinta e duas) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios na proporção que detêm no capital social. **6.3.** A redução do capital social da Sociedade ora aprovada será efetivada mediante o registro da presente ata na JUCERJA, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta ata, nos termos do Artigo 1.084, § 1º e 3º, do Código Civil e o registro perante a JUCERJA do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade que deliberar sobre a alteração do capital social da Sociedade. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada a Reunião Extraordinária de Sócios e lavrada esta Ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Barra Mansa, 05 de julho de 2023. **Mesa: Leonardo de Oliveira Ghirlinzone da Rocha**, Presidente da Mesa; **Julio César Ghirlinzone da Rocha Junior**, Secretário da Mesa. **Sócios:** Leonardo de Oliveira Ghirlinzone da Rocha, Julio César Ghirlinzone da Rocha Junior, Sirlei de Oliveira Ghirlinzone da Rocha e Julio César Ghirlinzone da Rocha.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 3923-5158 96865-1628

DOCUMENTOS

Ocasio-Cortez pede que EUA abram arquivos sobre ditadura brasileira

A deputada democrata Alexandria Ocasio-Cortez apresentou um pedido para que o Departamento de Estado dos EUA libere documentos da inteligência americana sobre a ditadura militar brasileira.

O pedido foi feito em texto ainda provisório de emenda ao orçamento anual de Defesa dos EUA (NDAA, na sigla em inglês) junto de, até agora, outras 1.471 propostas de parlamentares e não há garantia de que será aprovado. No ano passado, alguns deputados democratas tentaram aprovar uma emenda para investigar se as Forças Armadas do Brasil estavam interferindo nas eleições brasileiras, o que não entrou no texto final.

No texto provisório da emenda apresentada agora, AOC, como a deputada é conhecida, representante da ala mais à esquerda dos democratas, quer um relatório do secretário de Estado, Antony Blinken, sobre o envolvimento dos EUA no golpe de 1964 ou conhecimento prévio das possibilidade de os militares tomarem o poder.

Também pede que o eventual documento contenha informações de inteligência entre os anos de 1964 e 1985 sobre o envolvimento dos militares brasileiros em assassinatos, torturas, desaparecimentos e prisões arbitrárias, bem como sobre a morte de indígenas por violência direta ou negligência.

O relatório também deve conter, segundo o pedido, uma análise da parceria militar entre americanos e brasileiros durante a ditadura, "incluindo qualquer apoio para a implementação da doutrina de segurança nacional do Brasil nesse período", com detalhes sobre treinamento, logística e transferência de armas.

O golpe militar completa 60 anos em 2024, e a participação dos EUA já foi documentada por historiadores.

O embaixador dos EUA no Brasil em 1964, Lincoln Gordon, propôs o envio de uma força naval para a costa brasileira para ajudar as tropas que derrubariam João Goulart (1961-1964), na Operação Brother Sam. A ação foi aprovada pelo governo Lyndon Johnson, mas Goulart caiu antes que os navios chegassem.

Também está registrado o conhecimento dos EUA das violações de direitos pelo regime. Arquivos da embaixada americana de 1975-1976 publicadas pelo WikiLeaks apontaram que a Casa Branca sabia das violações de direitos humanos, mas as minimizavam como exceções para justificar a continuidade do apoio e de treinamento militar das forças brasileiras. Os Estados Unidos também deram apoio à Operação Condor, que criou uma rede para operações coordenadas de repressão nas ditaduras do Cone Sul.

Reportagem da Folha mostrou nesta semana que o historiador americano James Green, um dos principais pesquisadores sobre o Brasil nos EUA, prepara em conjunto com ativistas e organizações nacionais um pedido para que os EUA liberem cerca de mil arquivos secretos que podem revelar a atuação do país no golpe de 1964 e na ditadura militar. Um precedente ocorreu no ano 2000, quando, após pressões da sociedade chilena, os EUA liberaram 11 mil documentos sobre seu envolvimento no golpe de 1973.

A proposta do orçamento anual de Defesa dos Estados Unidos ainda recebeu outra emenda de um deputado pedindo informações sobre o Brasil, desta vez o republicano Carlos Gimenez. Ele quer um relatório da Casa Branca sobre a presença militar iraniana no Brasil, na Bolívia e na Venezuela.

O Brasil foi muito criticado por autoridades americanas por permitir que dois navios de guerra iranianos alvos de sanções dos EUA atracassem na costa brasileira entre o fim de fevereiro e o começo de março.

COLINAS DE GOLÃ

Israel e Líbano trocam ataques em meio a aumento de tensões

Israel e Líbano voltaram a se enfrentar ontem, trocando ataques na disputada região das colinas de Golã. Os confrontos acontecem em meio a uma escalada das tensões árabe-israelenses, causada por uma incursão do Exército de Israel a um campo palestino na Cisjordânia ocupada no início desta semana.

O conflito desta quinta começou quando um foguete lançado do sul do Líbano atingiu o vilarejo de Ghajar, aos pés das colinas de Golã -território originalmente sírio cuja anexação por Israel não é reconhecida pela comunidade internacional. As Forças Armadas israelenses então contra-atacaram -segundo a agência de notícias oficial libanesa, cerca de 15 projéteis de 155 mm atingiram o local de origem da ação.

Israel e Líbano estão tecnicamente em guerra há anos. Embora ela não seja contínua -as duas nações inclusive assinaram um acordo demarcando fronteiras marítimas no ano passado--, as ofensivas desta quinta-feira acontecem três meses depois do pior confronto entre as partes em anos.

Ninguém reivindicou o lançamento do foguete. Antes da investida, porém, o grupo islâmico xiita Hizbollah divulgou uma nota acusando Israel de cercar Ghajar com "arame farpado" e de erguer um "muro de concreto" no local - Israel ocupa o sul do vilarejo, e o Líbado, o norte. Agora, com as construções, afirmou a facção, descrita pelos EUA como terrorista, o sul foi separado "de seu entorno natural e histórico".

A chancelaria libanesa também exprimiu preocupação com as ações israelenses em Ghajar, e a Força Provisória da ONU no Líbano, apontada para garantir a manutenção da paz com Israel, urgiu os países a "exercerem moderação e evitarem ações que possam provocar uma nova escalada". Israel não respondeu.

Enquanto isso, israelenses e palestinos continuam a se enfrentar na Cisjordânia ocupada. Nesta quinta, um militante palestino disparou contra tropas israelenses ao ser parado perto do campo de Kdumim. Um dos soldados morreu, e o militante chegou a fugir antes de ser localizado pelos israelenses e morto.

A responsabilidade pelo ataque foi reivindicada pelo Hamas - a facção radical islâmica também havia assumido a responsabilidade por um ataque terrorista em Tel Aviv na terça-feira passada. "Esta operação heroica é uma reação ágil à ofensiva da ocupação contra o nosso povo", declarou o braço armado do grupo.

A incursão israelense ao campo de Jenin, no norte da Cisjordânia ocupada, no início da semana, provocou a morte de 12 palestinos e um israelense. A maior operação de Israel na região em quase 20 anos, com a mobilização de 1.000 a 2.000 soldados e uso de drones, reflete a crescente violência no local nos últimos meses, em parte um reflexo da base ultranacionalista do governo do premiê Binyamin Netanyahu.

Também nesta quinta, o secretário-geral da ONU, António Guterres, voltou a dizer que a "escalada não é a resposta". Ele acrescentou que, embora considere legítimas as preocupações israelenses com a própria segurança, o uso de ataques aéreos como os vistos nos últimos dias não condiz com a lei.

RÚSSIA

Líder mercenário tinha dinheiro, ouro, armas e perucas em casa

Líder do motim de mercenários contra as Forças Armadas da Rússia em meio à Guerra da Ucrânia, Ievguêni Prigojin tinha em seu palacete em São Petersburgo ao menos R$ 32 milhões em notas de dólar e rublo, barras de ouro, armas, uma coleção de perucas, fotos dele disfarçado e de cabeças decepadas, passaportes diversos e uma marreta para intimidar inimigos.

A revelação de uma batida policial em sua residência principal foi feita na noite de quarta (5) pela TV estatal russa, ou seja, foi algo combinado com o Kremlin, o que sugere uma campanha para desacreditar o mercenário.

Adicionando mistério à história, na manhã desta quinta (6) o ditador belarrusso, Aleksandr Lukachenko, afirmou que Prigojin está na Rússia, não mais em seu país. Das duas, uma: ou o mercenário foi devolvido a Vladimir Putin para algum tipo de punição ou há uma encenação insondável em curso.

As imagens são devastadoras para Prigojin, que segundo pesquisa do independente Centro Levada havia levado um tombo em sua popularidade após o motim, encerrado em 24 de junho com mediação de Lukachenko.

A opulência de gosto duvidoso do lugar contrasta itens folclóricos, como as fotos dele disfarçado de comandante militar líbio, com uma enorme barba, e macabros —a foto em um quadro de cabeças cortadas e a marreta com a inscrição "em caso de negociações importantes".

PENHA

Polícia prende dez por cobrar aluguel para o tráfico

As polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro mobilizaram 500 agentes, seis blindados e um helicóptero, ontem, com o objetivo de prender suspeitos ligados ao tráfico de drogas que atuam no Complexo da Penha, zona norte. Eles são acusados de cobrança de taxas para a ocupação de um prédio.

O edifício localizado na comunidade do Quitungo, próximo ao complexo, pertence a um empresário, que não teve o nome revelado. Moradores relatam que passaram a pagar os aluguéis a traficantes, e os que se recusaram a fazer isso teriam sido expulsos.

Com a reintegração de posse, os moradores que ficaram têm até 30 dias para sair do local, de acordo com ordem judicial.

O aparato usado na ação, de acordo com a Polícia Civil, se justifica pela forte atuação da facção criminosa na área.

Desde a madrugada, quando teve início a movimentação policial, moradores relataram que barricadas de óleo foram colocadas. Houve troca de tiros, mas não registro de feridos em hospitais. As escolas não suspenderam as aulas.

O objetivo da operação era cumprir 31 mandados de prisão e cinco de busca e apreensão de adolescentes infratores, além de mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos investigados.

Segundo a corporação, a investigação teve início em dezembro de 2022 e apontou que o grupo busca expansão territorial e aumento das finanças.

Assim, traficantes que atuam na região determinaram a obrigatoriedade de pagamento dos aluguéis diretamente à associação de moradores do Quitungo. "Quem não quisesse se submeter a isso deveria entregar as chaves dos apartamentos", afirmou o delegado Fábio Asty, responsável pelo inquérito.

A ação da 38ª DP (Brás de Pina) contou com o apoio do da Core (Coordenadoria de Recursos Especiais; do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e do 16º Batalhão de Polícia Militar.

DECISÃO DO STF

Caso Henry: Monique Medeiros volta à prisão

A professora Monique Medeiros, acusada de participação na morte de seu filho, o menino Henry Borel, no dia 8 de março de 2021, junto com o então namorado, o ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, voltou para a prisão no início da manhã desta quinta-feira. Ela foi presa na casa da mãe, em Bangu, na zona oeste da capital, por policiais da 16ª DP (Barra da Tijuca).

Monique foi levada para a delegacia e depois, será encaminhada ao presídio, em Benfica, para passar por audiência de custódia. De lá deve voltar para o Instituto Penal Santo Expedito, em Bangu, onde estava presa até ser liberada em decisão do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha, em agosto do ano passado.

O retorno de Monique à prisão foi determinado, na noite de quarta-feira, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes que acatou o parecer do subprocurador da República Juliano Baiocchi, sugerindo a derrubada da liminar do ministro João Otávio de Noronha que determinou a soltura de Monique.